



## Clipping

### **MEC anuncia parceria com Conselho Federal de Psicologia para combater violência nas escolas**

**Fonte: Agência Brasil**  
**20/09/2012**

20/09/2012 - 20h03

Cidadania Educação

Elaine Patricia Cruz

Repórter da Agência Brasil

São Paulo – Para enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinou hoje (20) uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar.

De acordo com o ministro Aloizio Mercadante, oito universidades também vão colaborar com o projeto. Entre os temas que serão trabalhados dentro das escolas estão enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

“Temos estimado em torno de 8 mil jovens, meninos e meninas, que voltam para casa com todo tipo de constrangimento e que muitas vezes são vítimas de bullying na escola. Precisamos tratar esses temas com responsabilidade e cuidado, mas enfrentá-los no sentido de respeito à diversidade, ao outro, a valores como os direitos humanos. Os professores e alunos também precisam aprender a solução dos conflitos por meio de diálogo”, disse o ministro.

Segundo Mercadante, o trabalho de campo será feito em todo o país. “Vamos trabalhar em todas as regiões do país, nos vários níveis do processo educacional - com pais, alunos e professores - e elaborar materiais pedagógicos, programas de prevenção e subsídios para aprimorar a prática pedagógica e criar uma escola mais atrativa, feliz, respeitosa e pacífica”, disse.

O projeto, de acordo com o ministro, terá início em breve. “Em duas semanas estaremos iniciando o processo de trabalho, mas eu diria que o desenvolvimento pleno desse trabalho é para 2013”.

A expectativa do ministro é que, com esse projeto, os “professores tenham mais subsídios e melhores condições para lidar com esses desafios”. Os novos materiais didáticos, voltados para o combate da violência nas escolas, estará disponível logo após a pesquisa de campo ser finalizada. Também será desenvolvido um trabalho de formação de professores para trabalhar com esses temas nas escolas.

Para Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e conselheiro do Conselho Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a parceria é positiva.

“Vejo com bons olhos a ampliação dessa parceria. É fundamental não só para a questão da homofobia como também para a que envolve drogas, bullying etc. É fundamental que a escola seja um lugar seguro para que as pessoas possam estudar, não sejam discriminadas e não sofram a violência que muitas vezes faz parte do cotidiano escolar”, falou.

Segundo Reis, a escola é um dos ambientes mais importante para que esse trabalho seja desenvolvido. “A escola é um momento em que as pessoas convivem e as pessoas têm que aprender a respeitar o outro e esse outro pode ser evangélico, católico, ateu, de uma religião africana, judeu ou indígena, mas as pessoas têm que aprender a respeitar o ser humano como um todo”, disse.

Durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até o dia 22 no Anhembi, em São Paulo, o presidente do conselho, Humberto Verona, anunciou também uma parceria entre o órgão e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para ajudar na criação de comitês de combate à homofobia em todos os estados brasileiros.

Edição: Fábio Massalli

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-20/mec-anuncia-parceria-com-conselho-federal-de-psicologia-para-combater-violencia-nas-escolas>

## **MEC faz parceria com Conselho Federal de Psicologia para combater violência nas escolas**

Fonte: **Estadão**  
20/09/2012

Convênio prevê elaboração de materiais didáticos e formação de professores

Para enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinou nesta quinta-feira, 20, uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar.

De acordo com o ministro Aloizio Mercadante, oito universidades também vão colaborar com o projeto. Entre os temas que serão trabalhados dentro das escolas estão enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

“Temos estimado em torno de 8 mil jovens, meninos e meninas, que voltam para casa com todo tipo de constrangimento e que muitas vezes são vítimas de bullying na escola. Precisamos tratar esses temas com responsabilidade e cuidado, mas enfrentá-los no sentido de respeito à diversidade, ao outro, a valores como os direitos humanos. Os professores e alunos também precisam aprender a solução dos conflitos por meio de diálogo”, disse o ministro.

Segundo Mercadante, o trabalho de campo será feito em todo o País. “Vamos trabalhar em todas as regiões do País, nos vários níveis do processo educacional - com pais, alunos e professores - e elaborar materiais pedagógicos, programas de prevenção e subsídios para aprimorar a prática pedagógica e criar uma escola mais atrativa, feliz, respeitosa e pacífica.”

O projeto, de acordo com o ministro, terá início em breve. “Em duas semanas estaremos iniciando o processo de trabalho, mas eu diria que o desenvolvimento pleno desse trabalho é para 2013.”

A expectativa do ministro é que, com esse projeto, os “professores tenham mais subsídios e melhores condições para lidar com esses desafios”. Os novos materiais didáticos, voltados para o combate da violência nas escolas, estará disponível logo após a pesquisa de campo ser finalizada. Também será desenvolvido um trabalho de formação de professores para trabalhar com esses temas nas escolas.

Para Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e conselheiro do Conselho Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a parceria é positiva.

“Vejo com bons olhos a ampliação dessa parceria. É fundamental não só para a questão da homofobia como também para a que envolve drogas, bullying etc. É fundamental que a escola seja um lugar seguro para que as pessoas possam estudar, não sejam discriminadas e não sofram a violência que muitas vezes faz parte do cotidiano escolar”, falou.

Segundo Reis, a escola é um dos ambientes mais importante para que esse trabalho seja desenvolvido. “A escola é um momento em que as pessoas convivem e as pessoas têm que aprender a respeitar o outro e esse outro pode ser evangélico, católico, ateu, de uma religião africana, judeu ou indígena, mas as pessoas têm que aprender a respeitar o ser humano como um todo”, disse.

Durante a 2.ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até o dia 22 no Anhembi, em São Paulo, o presidente do conselho, Humberto Verona, anunciou também uma parceria entre o órgão e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para ajudar na criação de comitês de combate à homofobia em todos os estados brasileiros.

<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,mec-faz-parceria-com-conselho-federal-de-psicologia-para-combater-violencia-nas-escolas,933488,0.htm>

## **MEC anuncia parceria com Conselho Federal de Psicologia para combater violência nas escolas**

Fonte: O Globo

Bullying, drogas, homofobia e racismo estão entre os temas que serão discutidos

São Paulo – Para enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinou nesta quinta (20) uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar.

De acordo com o ministro Aloizio Mercadante, oito universidades também vão colaborar com o projeto. Entre os temas que serão trabalhados dentro das escolas estão enfrentamento às

drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

— Temos estimado em torno de 8 mil jovens, meninos e meninas, que voltam para casa com todo tipo de constrangimento e que muitas vezes são vítimas de bullying na escola. Precisamos tratar esses temas com responsabilidade e cuidado, mas enfrentá-los no sentido de respeito à diversidade, ao outro, a valores como os direitos humanos. Os professores e alunos também precisam aprender a solução dos conflitos por meio de diálogo — disse o ministro.

Segundo Mercadante, o trabalho de campo será feito em todo o país.

— Vamos trabalhar em todas as regiões do país, nos vários níveis do processo educacional - com pais, alunos e professores - e elaborar materiais pedagógicos, programas de prevenção e subsídios para aprimorar a prática pedagógica e criar uma escola mais atrativa, feliz, respeitosa e pacífica — disse.

O projeto, de acordo com o ministro, terá início em breve:

— Em duas semanas estaremos iniciando o processo de trabalho, mas eu diria que o desenvolvimento pleno desse trabalho é para 2013.

A expectativa do ministro é que, com esse projeto, os “professores tenham mais subsídios e melhores condições para lidar com esses desafios”. Os novos materiais didáticos, voltados para o combate da violência nas escolas, estará disponível logo após a pesquisa de campo ser finalizada. Também será desenvolvido um trabalho de formação de professores para trabalhar com esses temas nas escolas.

Para Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e conselheiro do Conselho Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a parceria é positiva.

— Vejo com bons olhos a ampliação dessa parceria. É fundamental não só para a questão da homofobia como também para a que envolve drogas, bullying etc. É fundamental que a escola seja um lugar seguro para que as pessoas possam estudar, não sejam discriminadas e não sofram a violência que muitas vezes faz parte do cotidiano escolar — falou.

Segundo Reis, a escola é um dos ambientes mais importante para que esse trabalho seja desenvolvido.

— A escola é um momento em que as pessoas convivem e as pessoas têm que aprender a respeitar o outro e esse outro pode ser evangélico, católico, ateu, de uma religião africana, judeu ou indígena, mas as pessoas têm que aprender a respeitar o ser humano como um todo — disse.

Durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até o dia 22 no Anhembi, em São Paulo, o presidente do conselho, Humberto Verona, anunciou também uma parceria entre o órgão e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para ajudar na criação de comitês de combate à homofobia em todos os estados brasileiros.

<http://oglobo.globo.com/educacao/mec-anuncia-parceria-com-conselho-federal-de-psicologia-para-combater-violencia-nas-escolas-6157025>

**MEC anuncia parceria com Conselho Federal de Psicologia para**

## combater violência nas escolas

Fonte: R7  
21/09/2012

Entre os temas estão: enfrentamento às drogas, gravidez precoce e homofobia

Para enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinou nesta quinta-feira (20) uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar.

De acordo com o ministro Aloizio Mercadante, oito universidades também vão colaborar com o projeto. Entre os temas que serão trabalhados dentro das escolas estão enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

— Temos estimado em torno de 8 mil jovens, meninos e meninas, que voltam para casa com todo tipo de constrangimento e que muitas vezes são vítimas de bullying na escola. Precisamos tratar esses temas com responsabilidade e cuidado, mas enfrentá-los no sentido de respeito à diversidade, ao outro, a valores como os direitos humanos. Os professores e alunos também precisam aprender a solução dos conflitos por meio de diálogo.

Leia mais notícias de Educação

Segundo Mercadante, o trabalho de campo será feito em todo o País.

— Vamos trabalhar em todas as regiões do país, nos vários níveis do processo educacional - com pais, alunos e professores - e elaborar materiais pedagógicos, programas de prevenção e subsídios para aprimorar a prática pedagógica e criar uma escola mais atrativa, feliz, respeitosa e pacífica.

O projeto, de acordo com o ministro, terá início em breve.

— Em duas semanas estaremos iniciando o processo de trabalho, mas eu diria que o desenvolvimento pleno desse trabalho é para 2013.

A expectativa do ministro é que, com esse projeto, os “professores tenham mais subsídios e melhores condições para lidar com esses desafios”. Os novos materiais didáticos, voltados para o combate da violência nas escolas, estará disponível logo após a pesquisa de campo ser finalizada. Também será desenvolvido um trabalho de formação de professores para trabalhar com esses temas nas escolas.

Para Toni Reis, presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e conselheiro do Conselho Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a parceria é positiva.

— Vejo com bons olhos a ampliação dessa parceria. É fundamental não só para a questão da homofobia como também para a que envolve drogas, bullying etc. É fundamental que a escola seja um lugar seguro para que as pessoas possam estudar, não sejam discriminadas e não sofram a violência que muitas vezes faz parte do cotidiano escolar.

Segundo Reis, a escola é um dos ambientes mais importante para que esse trabalho seja

desenvolvido.

— A escola é um momento em que as pessoas convivem e as pessoas têm que aprender a respeitar o outro e esse outro pode ser evangélico, católico, ateu, de uma religião africana, judeu ou indígena, mas as pessoas têm que aprender a respeitar o ser humano como um todo.

Durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até o dia 22 no Anhembi, em São Paulo, o presidente do conselho, Humberto Verona, anunciou também uma parceria entre o órgão e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para ajudar na criação de comitês de combate à homofobia em todos os estados brasileiros.

<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/mec-anuncia-parceria-com-conselho-federal-de-psicologia-para-combater-violencia-nas-escolas-20120921.html>

## **MEC anuncia parceria com Conselho Federal de Psicologia para combater violência nas escolas**

Fonte: UOL  
21/09/2012

Para enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinou ontem (20) uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar.

De acordo com o ministro Aloizio Mercadante, oito universidades também vão colaborar com o projeto. Entre os temas que serão trabalhados dentro das escolas estão enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

“Temos estimado em torno de 8 mil jovens, meninos e meninas, que voltam para casa com todo tipo de constrangimento e que muitas vezes são vítimas de bullying na escola. Precisamos tratar esses temas com responsabilidade e cuidado, mas enfrentá-los no sentido de respeito à diversidade, ao outro, a valores como os direitos humanos. Os professores e alunos também precisam aprender a solução dos conflitos por meio de diálogo”, disse o ministro.

Segundo Mercadante, o trabalho de campo será feito em todo o país. “Vamos trabalhar em todas as regiões do país, nos vários níveis do processo educacional - com pais, alunos e professores - e elaborar materiais pedagógicos, programas de prevenção e subsídios para aprimorar a prática pedagógica e criar uma escola mais atrativa, feliz, respeitosa e pacífica”, disse.

O projeto, de acordo com o ministro, terá início em breve. “Em duas semanas estaremos iniciando o processo de trabalho, mas eu diria que o desenvolvimento pleno desse trabalho é para 2013”.

A expectativa do ministro é que, com esse projeto, os “professores tenham mais subsídios e melhores condições para lidar com esses desafios”. Os novos materiais didáticos, voltados para o combate da violência nas escolas, estará disponível logo após a pesquisa de campo ser finalizada. Também será desenvolvido um trabalho de formação de professores para trabalhar com esses temas nas escolas.

Para Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e conselheiro do Conselho Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,

Transexuais e Transgêneros), a parceria é positiva.

“Vejo com bons olhos a ampliação dessa parceria. É fundamental não só para a questão da homofobia como também para a que envolve drogas, bullying etc. É fundamental que a escola seja um lugar seguro para que as pessoas possam estudar, não sejam discriminadas e não sofram a violência que muitas vezes faz parte do cotidiano escolar”, falou.

Segundo Reis, a escola é um dos ambientes mais importante para que esse trabalho seja desenvolvido. “A escola é um momento em que as pessoas convivem e as pessoas têm que aprender a respeitar o outro e esse outro pode ser evangélico, católico, ateu, de uma religião africana, judeu ou indígena, mas as pessoas têm que aprender a respeitar o ser humano como um todo”, disse.

Durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até o dia 22 no Anhembi, em São Paulo, o presidente do conselho, Humberto Verona, anunciou também uma parceria entre o órgão e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para ajudar na criação de comitês de combate à homofobia em todos os estados brasileiros.

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/09/21/mec-anuncia-parceria-com-conselho-federal-de-psicologia-para-combater-violencia-nas-escolas.htm>

## **MEC anuncia parceria com Conselho Federal de Psicologia**

Fonte: **Gazeta do Povo**  
22/09/2012

Para enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinou na quinta-feira uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar. De acordo com o ministro Aloizio Mercadante, oito universidades também vão colaborar com o projeto. Entre os temas que serão trabalhados dentro das escolas estão enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação e bullying.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1300055&tit=MEC-anuncia-parceria-com-Conselho-Federal-de-Psicologia>

## **MEC vai criar plano contra violência e homofobia nas escolas**

Fonte: **Rede Brasil Atual**  
20/09/2012

São Paulo – O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, assinaram hoje (20) um convênio para o estudo da violência e elaboração de um plano para o combate à homofobia nas escolas. A parceria foi firmada durante a cerimônia de abertura da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São Paulo. O evento termina no sábado (22).

“Esperamos com esse convênio um trabalho intenso em toda a rede, com trabalho de campo, para o desenvolvimento de políticas para uma escola acolhedora, uma cultura de paz, tolerância, convívio com as diferenças, com a pluralidade sexual, racial, religiosa, que enfrente o preconceito e a discriminação e coloque a escola pública em outro patamar e prepare o país para essa nova era do conhecimento”, disse o ministro.

Mercadante destacou o desafio de colocar a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação como eixo estruturante de uma política de inclusão. “E a educação precisa do respaldo intelectual dos psicólogos”, afirmou. Ele lembrou as ações do MEC voltadas à ampliação do

atendimento nas creches (o país tem apenas 23% das crianças pequenas matriculadas nesses estabelecimentos) por meio do programa Brasil Carinhoso, e do tempo de permanência na escola dos alunos do ensino fundamental vão requerer o trabalho desses profissionais.

A Mostra Nacional de Práticas em Psicologia é um evento comemorativo dos 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo. Além do ministro Mercadante, estiveram na cerimônia de abertura representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos.

Em uma mensagem gravada em vídeo, o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, lembrou que o psicólogo, que trabalha para reduzir o sofrimento das pessoas e conhece a mente humana, é cada vez mais necessário em políticas para o setor, onde são previstas a ampliação da oferta de centros de atendimento psicossocial (Caps) e de consultórios de rua.

#### Kit anti-homofobia

Em maio de 2011, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que kit-antimofobia que estava sendo preparado para combater o preconceito contra homossexuais na escola poderia incluir outros grupos que também são vítimas de discriminação. A sugestão havia sido feita pela Frente Parlamentar em Defesa da Família.

No entanto, após pressão da bancada religiosa, o governo recuou no projeto.

O kit foi elaborado por entidades de defesa dos direitos humanos e da população LGBT a partir do diagnóstico de que falta material adequado e preparo dos professores para tratar do tema. Ele era composto por cadernos de orientação aos docentes e vídeos que abordavam a temática do preconceito, mas foi cancelado depois que a presidenta Dilma Rousseff assistiu a um dos vídeos e não gostou do conteúdo.

<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2012/09/mec-vai-criar-plano-contraviolencia-e-preconceito-nas-escolas>

## **MEC criará autarquia para fiscalizar universidades privadas, diz Mercadante**

Fonte: **Jornal do Brasil**  
20/09/2012

Agência Brasil

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse hoje (20), em São Paulo, que o governo pretende criar um órgão para ampliar a fiscalização sobre as universidades privadas. O trabalho de regulação e fiscalização é hoje feito por uma secretaria e a ideia do Ministério da Educação (MEC) é criar uma autarquia para ampliar o trabalho.

“Vamos criar uma autarquia para ter uma carreira, para ter especialistas só voltados e formados para essa competência, para melhorar a educação pública e privada no Brasil”, disse. “O MEC já faz isso. Hoje, 75% das vagas no ensino superior são de faculdades, universidades ou centros universitários privados. Portanto, eles têm papel fundamental na massificação do ensino”, disse o ministro, após participar da cerimônia de abertura da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

A intensificação da fiscalização é importante, segundo o ministro, porque tem crescido o número de matrículas financiadas pelo governo por meio de programas como o Programa



Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

“Temos hoje uma série de políticas públicas nessas universidades como, por exemplo, o Prouni. Essas universidades têm um milhão de vagas e, em contrapartida, têm isenção de impostos. Temos 500 mil bolsas do Fies. E temos, portanto, recursos públicos para aquisição dessas vagas e a competência do MEC é exigir qualidade”, disse o ministro.

De acordo com o ministro, o projeto já foi encaminhado para o Congresso Nacional. “Mas ainda estamos em fase de diálogo com as instituições”, disse.

O ministro também disse hoje (20) que, após a greve dos professores das universidades federais, o MEC vai exigir reposição total das aulas para os docentes das universidades federais. Segundo Mercadante, as universidades estão apresentando seu calendário de reposição e cada aula perdida será integralmente repostas.

“Essa é uma exigência do MEC e vamos fiscalizar e acompanhar, portanto, não existe risco de atropelamento [das aulas]. Não podemos contar julho, porque julho não tem aula, mas seguramente uma parte das férias do final de ano [ficará comprometida e o aluno] pode sentar na cadeira, abrir o livro e vai ter que estudar, porque os professores vão ter que dar aula. E nós estaremos fiscalizando”, disse.

<http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2012/09/20/mec-criara-autarquia-para-fiscalizar-universidades-privadas-diz-mercadante/>

## **MEC vai criar plano contra violência e homofobia nas escolas**

Fonte: Sul21  
21/09/2012

Por Cida de Oliveira da Rede Brasil Atual

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, assinaram na quinta-feira (20) um convênio para o estudo da violência e elaboração de um plano para o combate à homofobia nas escolas. A parceria foi firmada durante a cerimônia de abertura da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São Paulo. O evento termina no sábado (22).

“Esperamos com esse convênio um trabalho intenso em toda a rede, com trabalho de campo, para o desenvolvimento de políticas para uma escola acolhedora, uma cultura de paz, tolerância, convívio com as diferenças, com a pluralidade sexual, racial, religiosa, que enfrente o preconceito e a discriminação e coloque a escola pública em outro patamar e prepare o país para essa nova era do conhecimento”, disse o ministro.

Mercadante destacou o desafio de colocar a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação como eixo estruturante de uma política de inclusão. “E a educação precisa do respaldo intelectual dos psicólogos”, afirmou. Ele lembrou as ações do MEC voltadas à ampliação do atendimento nas creches (o país tem apenas 23% das crianças pequenas matriculadas nesses estabelecimentos) por meio do programa Brasil Carinhoso, e do tempo de permanência na escola dos alunos do ensino fundamental vão requerer o trabalho desses profissionais.

A Mostra Nacional de Práticas em Psicologia é um evento comemorativo dos 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo. Além do ministro Mercadante, estiveram na cerimônia de abertura representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos.

Em uma mensagem gravada em vídeo, o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, lembrou que o psicólogo, que trabalha para reduzir o sofrimento das pessoas e conhece a mente humana, é cada vez mais necessário em políticas para o setor, onde são previstas a ampliação da oferta de centros de atendimento psicossocial (Caps) e de consultórios de rua.

#### Kit anti-homofobia

Em maio de 2011, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que kit-antimofobia que estava sendo preparado para combater o preconceito contra homossexuais na escola poderia incluir outros grupos que também são vítimas de discriminação. A sugestão havia sido feita pela Frente Parlamentar em Defesa da Família.

No entanto, após pressão da bancada religiosa, o governo recuou no projeto.

O kit foi elaborado por entidades de defesa dos direitos humanos e da população LGBT a partir do diagnóstico de que falta material adequado e preparo dos professores para tratar do tema. Ele era composto por cadernos de orientação aos docentes e vídeos que abordavam a temática do preconceito, mas foi cancelado depois que a presidenta Dilma Rousseff assistiu a um dos vídeos e não gostou do conteúdo.

<http://sul21.com.br/jornal/2012/09/mec-vai-criar-plano-contraviolencia-e-homofobia-nas-escolas/>

## **Pesquisadora da Unicamp diz que as escolas do país não ouvem o aluno**

Fonte: Agência Brasil  
21/09/2012

Camila Maciel  
Repórter da Agência Brasil

São Paulo – A parceria assinada ontem (21) entre o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Psicologia para enfrentar a violência escolar tem como uma das virtudes a decisão de ouvir os alunos para a construção dessa política pública. O entendimento é da psicóloga Angela Soligo, professora doutora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que pesquisa processos de exclusão na escola.

“Há uma série de conhecimentos que a academia já produziu que não dialogam com as políticas públicas. A pesquisa vai permitir ouvir alunos do país inteiro. Quem faz a política precisa ouvir quem está na outra ponta. A gente ouve pouco o aluno”, declarou a pesquisadora, após participar na manhã de hoje (21) do painel Psicologia e a Questão da Violência nas Escolas, da 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até amanhã (22) no Anhembi, em São Paulo

A parceria entre ministério e o conselho prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar. No projeto, o MEC pretende abordar temas como enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

A professora acredita que, para mudar a realidade nas escolas, é preciso construir relações que não reproduzam a lógica excludente e violenta da sociedade em geral. “O ambiente escolar hoje é mais um reprodutor do modelo social do que um instrumento de mudança. A escola tem essa obrigação de produzir outras formas de pensar o mundo, de problematizar. A escola

sozinha não vai resolver nada, mas tem um papel, que é a formação do cidadão”, aponta.

Para a pesquisadora, as práticas violentas nas escolas ganharam destaque junto com o processo de inclusão. “Todo mundo está na escola e a escola não pode mais excluir aqueles alunos que a incomodam. Há 50 anos, isso era mais fácil. A escola tem que lidar hoje com o aluno que ela não deseja. É a esse estudante que a escola vai imputar as marcas da violência. E isso gera uma reação”, relata.

De outro lado, o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, lembrou que a homofobia no cotidiano escolar traz graves consequências para o aprendizado. “Crianças e adolescentes que sofrem preconceito têm a sua inserção no mercado de trabalho dificultada. Além disso, as práticas homofóbicas desumanizam, promovem insegurança e o isolamento dessas pessoas”, aponta.

Edição: Davi Oliveira

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-21/pesquisadora-da-unicamp-diz-que-escolas-do-pais-nao-ouvem-aluno>

## **Pesquisadora da Unicamp diz que escolas do país não ouvem os alunos**

Fonte: O Globo  
21/09/2012

Psicóloga Angela Soligo pesquisa processos de exclusão no ensino

São Paulo – A parceria assinada nesta quinta-feira (20) entre o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) para enfrentar a violência escolar tem como uma das virtudes a decisão de ouvir os alunos para a construção dessa política pública. O entendimento é da psicóloga Angela Soligo, professora doutora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que pesquisa processos de exclusão na escola.

VEJA TAMBÉM

Lei institui ação anti-bullying para alunos com deficiências

— Há uma série de conhecimentos que a academia já produziu que não dialogam com as políticas públicas. A pesquisa vai permitir ouvir alunos do país inteiro. Quem faz a política precisa ouvir quem está na outra ponta. A gente ouve pouco o aluno —declarou a pesquisadora, após participar na manhã desta sexta (21) do painel Psicologia e a Questão da Violência nas Escolas, da 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até sábado (22) no Anhembi, em São Paulo

A parceria entre o MEC e o CFP prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar. No projeto, o MEC pretende abordar temas como enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

A professora acredita que, para mudar a realidade nas escolas, é preciso construir relações que não reproduzam a lógica excludente e violenta da sociedade em geral. “O ambiente escolar hoje é mais um reprodutor do modelo social do que um instrumento de mudança. A escola tem essa obrigação de produzir outras formas de pensar o mundo, de problematizar. A escola sozinha não vai resolver nada, mas tem um papel, que é a formação do cidadão”, aponta.

Para a pesquisadora, as práticas violentas nas escolas ganharam destaque junto com o processo de inclusão.

— Todo mundo está na escola e a escola não pode mais excluir aqueles alunos que a incomodam. Há 50 anos, isso era mais fácil. A escola tem que lidar hoje com o aluno que ela

não deseja. É a esse estudante que a escola vai imputar as marcas da violência. E isso gera uma reação — relata.

De outro lado, o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, lembrou que a homofobia no cotidiano escolar traz graves consequências para o aprendizado.

— Crianças e adolescentes que sofrem preconceito têm a sua inserção no mercado de trabalho dificultada. Além disso, as práticas homofóbicas desumanizam, promovem insegurança e o isolamento dessas pessoas — aponta.

<http://oglobo.globo.com/educacao/pesquisadora-da-unicamp-diz-que-escolas-do-pais-nao-ouvem-os-alunos-6164394>

## **Pesquisadora da Unicamp diz que as escolas não ouvem o aluno**

Fonte: R7

21/09/2012

Governo fez parceria com psicólogos para entender a violência nas escolas

Da Agência Brasil

A parceria assinada na quinta-feira (20) entre o MEC (Ministério da Educação) e o Conselho Federal de Psicologia para enfrentar a violência escolar tem como uma das virtudes a decisão de ouvir os alunos para a construção dessa política pública. O entendimento é da psicóloga Angela Soligo, professora doutora da Faculdade de Educação da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que pesquisa processos de exclusão na escola.

Durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia, que ocorre até sábado (22) no Anhembi, em São Paulo, a pesquisadora criticou a relação de políticas públicas com os estudos feitos com a universidade.

— Há uma série de conhecimentos que a academia já produziu que não dialogam com as políticas públicas. A pesquisa vai permitir ouvir alunos do País inteiro. Quem faz a política precisa ouvir quem está na outra ponta. A gente ouve pouco o aluno.

Leia mais notícias de Educação

A parceria entre ministério e o conselho prevê um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar. No projeto, o MEC pretende abordar temas como enfrentamento às drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, bullying e bullying eletrônico (feito por meio das redes sociais).

A professora acredita que, para mudar a realidade nas escolas, é preciso construir relações que não reproduzam a lógica excludente e violenta da sociedade em geral.

— O ambiente escolar hoje é mais um reprodutor do modelo social do que um instrumento de mudança. A escola tem essa obrigação de produzir outras formas de pensar o mundo, de problematizar. A escola sozinha não vai resolver nada, mas tem um papel, que é a formação do cidadão.

Para a pesquisadora, as práticas violentas nas escolas ganharam destaque junto com o processo de inclusão.

— Todo mundo está na escola e a escola não pode mais excluir aqueles alunos que a incomodam. Há 50 anos, isso era mais fácil. A escola tem que lidar hoje com o aluno que ela não deseja. É a esse estudante que a escola vai imputar as marcas da violência. E isso gera uma reação.

De outro lado, o presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis, lembrou que a homofobia no cotidiano escolar traz graves consequências para o aprendizado.

— Crianças e adolescentes que sofrem preconceito têm a sua inserção no mercado de trabalho dificultada. Além disso, as práticas homofóbicas desumanizam, promovem insegurança e o isolamento dessas pessoas.

<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/pesquisadora-da-unicamp-diz-que-as-escolas-nao-ouvem-o-aluno-20120921.html>

## **Psicólogos defendem envolvimento da sociedade no debate do Ato Médico**

Fonte: Rede Brasil Atual  
21/09/2012

São Paulo – A presidenta da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e dirigente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), Fernanda Magano, defendeu o envolvimento da sociedade no debate sobre o Projeto de Lei (PL) 268/2002, mais conhecido como Ato Médico. O PL, que tramita no Senado e já sofreu diversas modificações, divide opiniões entre os profissionais da área médica. Enquanto para a maioria dos setores representativos dos médicos o PL nada mais é do que a regulamentação da profissão, que já está regulamentada na prática há muito tempo, para outras categorias trata-se de uma reserva de mercado que pode trazer diversos prejuízos à saúde da população – daí a importância da popularização do debate.

Em participação na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, evento realizado em São Paulo para celebrar os 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, ela explicou que, segundo o artigo 4º do projeto em tramitação, passa a ser atribuição exclusiva do médico o diagnóstico e a definição de como será feito o tratamento de qualquer tipo de problema de saúde que uma pessoa vier a ter.

Caso a proposta seja aprovada, uma pessoa que prefere recorrer a um fisioterapeuta para amenizar as dores causadas por problemas posturais ou perder peso a partir da reeducação alimentar orientada por nutricionista combinada com atividades orientadas por educador físico, terá antes de procurar um médico. “Não somos contra os médicos e a prática da medicina, mas eles devem regulamentar sua profissão sem retirar prerrogativas de outras voltadas à saúde”, afirmou Fernanda Magano.

Em 2009, o Conselho Nacional de Saúde aprovou resolução que reconhece 13 profissionais da área de saúde de nível superior além do médico: assistente social, biólogo, biomédico, educador físico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico veterinário, nutricionista, odontólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional. “O Ato Médico é um retrocesso em relação a todos os avanços já alcançados. Ataca diretamente quatro milhões de outros profissionais da saúde e ameaça 191 milhões de brasileiros que recorrem a esses profissionais para o tratamento de diversos problemas.” Para a dirigente, é preciso superar essa fragmentação dos saberes para a superação de dificuldades em prol de uma melhor saúde,

incluindo a mental.

Ela destacou ainda que o Ato Médico deverá prejudicar ainda mais a saúde pública. E que na saúde suplementar isso já se dá com frequência. Os planos de saúde, segundo ela, já colocam limites de sessões para o tratamento com psicólogos. Para liberar mais sessões, o plano submete o caso à avaliação de médicos. “Isso já é o Ato Médico em plena vigência.”

O projeto do Ato Médico foi aprovado no dia 8 de fevereiro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Porém, o projeto aprovado refere-se ao relatório apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que modificou o substitutivo aprovado pela Câmara. O texto deste projeto ainda deve passar pelas comissões de Educação e de Assuntos Sociais, antes de ir a Plenário. Se aprovado, será encaminhado à presidência da República para sanção ou veto.

<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/saude/2012/09/psicologos-defendem-envolvimento-da-sociedade-no-debate-do-ato-medico>

## Evento internacional em São Paulo marca 50 anos de psicologia no Brasil

Fonte: Rede Brasil Atual

São Paulo – A Segunda Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que será realizada de hoje (20) a sábado (22), no Anhembi, na zona norte de São Paulo, marca os 50 anos da psicologia como profissão no Brasil. O evento conta com a participação de delegações estrangeiras vindas de Portugal, países africanos de língua portuguesa, México, Cuba, Venezuela, Paraguai, Chile, Argentina e Uruguai e terá a presença dos ministros Aloizio Mercadante (Educação), Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República) e Marta Suplicy (Cultura).

O evento reunirá mais de 5 mil trabalhos inscritos que mostram atividades de psicólogos do país em suas diversas áreas de atuação. A atividade ganhou impulso no país a partir do fim dos anos 1980, quando foi substituído o “modelo de consultório, divã e psicanálise”, e passou a fazer parte de políticas públicas, segundo explica o presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e um dos curadores da mostra, Rogério Giannini.

“A partir da Constituição de 1988, surgiu o desenho de um Estado mais provedor dos direitos básicos da população, o que originou, por exemplo, a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses modelos de saúde preveem não só os aspectos curativos da assistência à saúde, mas também os de prevenção e de promoção da saúde. Com tudo isso, a psicologia se expandiu e passou também a ser um serviço a mais prestado à população.”

Giannini disse à **Rádio Brasil Atual** que praticamente toda a população do país terá, em algum momento de sua vida, acesso e prestação de pelo menos um tipo de serviço psicológico, seja para obter licença de motorista, entrevista para emprego, defesa de direitos etc.

Ouçá a íntegra da entrevista do psicólogo à **Rádio Brasil Atual**:

<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/saude/2012/09/evento-internacional-em-sp-marca-50-anos-de-psicologia-no-brasil>

## Psicólogos da Unilab participam de 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia

Fonte: Unilab

A Unilab vai estar representada na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia que será

realizada de 20 e 22 de setembro no Palácio das Convenções e auditório Celso Furtado, no Anhembi, em São Paulo. Os psicólogos da Unilab Fabiana Almeida (coordenadora de Gestão de Pessoas), Luana Rêgo Colares e Francisco Wesley Oliveira vão participar do evento que faz parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil e deve reunir mais de 25 mil profissionais.

Um dia antes da Mostra, no dia 19, será realizado também em São Paulo o II Seminário Internacional de Psicologia nos Países de Língua Portuguesa. Nesse evento específico, a equipe de psicólogos da Unilab vai apresentar projetos desenvolvidos pela instituição. A Unilab será apresentada formalmente com vídeo e distribuição de brochura (material institucional impresso) para cerca de 30 psicólogos da Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Segundo a coordenadora de Gestão de Pessoas, Fabiana Almeida, serão apresentados projetos como o ECOSS – Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul; o Programa Travessias, da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) através da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) da Unilab, que acolhe os estudantes estrangeiros fornecendo-lhes apoio e informações necessárias para estudar no País; e o próprio projeto de cooperação solidária entre países de língua portuguesa realizado pela Unilab.

Para Fabiana Almeida, os eventos são de grande importância para a profissão e vão proporcionar também uma enorme visibilidade para a Unilab. “Vamos poder divulgar o trabalho desenvolvido pelos psicólogos da instituição dentro desse contexto da lusofonia. Vamos mostrar nossas práticas e aprender com os outros profissionais que atuam nos países da CPLP”, diz.

## **Mostra de Psicologia: negros são mais vulneráveis ao sofrimento psíquico**

Fonte: Rede Brasil Atual  
22/09/2012

Com a ampliação do atendimento público à saúde mental, os negros estão tendo mais acesso ao tratamento psicológico. No entanto, os psicólogos não estão preparados para atendê-los

São Paulo – O racismo historicamente imposto à população negra no Brasil é a principal causa do sofrimento psíquico, que afeta muito mais os negros do que os brancos. O alerta foi feito pela cineasta carioca Janaína Oliveira, mais conhecida como Re.Fem, militante do movimento negro e Hip Hop e consultora de entidades do setor durante sua participação na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada em São Paulo.

O evento, que termina amanhã (22), celebra os 50 anos da regulamentação da psicologia como profissão no Brasil. O objetivo de sua palestra foi sensibilizar os psicólogos para um atendimento mais adequado a essa população, que aos poucos passa a ter acesso a esses profissionais que cada vez mais atuam em serviços públicos de saúde mental, como os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs).

“O Brasil é extremamente racista, os negros sofrem todo tipo de racismo, sendo desfavorecidos no acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho”, destacou Janaína. “Quando não consegue entrar na faculdade, por exemplo, tende a se achar incapaz de passar num vestibular. Do mesmo modo, se sente culpado por não obter um bom emprego, quando na verdade é o racismo que cria condições desiguais de acesso.” Segundo a cineasta, essa cobrança por melhores resultados num contexto desfavorável, de racismo e discriminação,

umenta a angústia e sofrimento psíquico. "Os psicólogos devem ser sensibilizados para a questão e ser capacitados para atender a essa população de maneira mais apropriada", afirmou.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, promulgada em 2008, é referência para políticas públicas do setor. Segundo o documento, os negros têm o direito ao atendimento psicológico permanente do nascimento ao envelhecimento. "Muito embora os movimentos negros comecem a fortalecer a luta por esses direitos, eles ainda nem começaram a sair do papel". No evento, Janaína recebeu o prêmio Paulo Freire, que reconhece o trabalho de pessoas que se dedicam à defesa dos direitos humanos.

<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/saude/2012/09/populacao-negra-e-a-mais-vulneravel-ao-sofrimento-psiquico>

## **Comissão Nacional da Verdade contará com a contribuição dos psicólogos**

Fonte: Rede Brasil Atual  
22/09/2012

Profissão que já foi considerada artigo supérfluo para 'madame desocupada', a psicologia é hoje uma parceira de peso nos movimentos em defesa dos direitos humanos

São Paulo – Da mesma maneira que a psicologia ajuda a pessoa a conhecer a si própria e assim mudar seu comportamento diante da realidade, reduzindo angústia e sofrimento, a Comissão Nacional da Verdade permite que a nação examine a si mesma para entender o que significou a ditadura (1964-85) e para que o episódio nunca mais se repita. Foi com essa comparação que Paulo Vanucchi, ex-ministro de da Secretaria de Direitos Humanos e colunista da Rádio Brasil Atual, encerrou sua participação no debate sobre os direitos humanos na psicologia brasileira, realizado ontem (21), durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

Vanucchi agradeceu ao Conselho Federal de Psicologia pela parceria de seus profissionais nos últimos anos, quando a categoria passou a militar em defesa dos interesses sociais e, principalmente, pela colaboração na Comissão da Verdade. "Tanto a psicologia brasileira consolidou seu papel na defesa dos direitos humanos que a presidenta Dilma Rousseff chamou para a Comissão a psicóloga Maria Rita Kehl", lembrou o ex-ministro, que conclamou os psicólogos a colaborarem com textos sobre a ditadura a partir de relato daqueles que foram presos, torturados, exilados.

### **Guerrilha do Araguaia**

A psicóloga paraense Jureuda Guerra, do serviço de psicologia da Santa Casa de Belém, destacou a importância desses especialistas na compreensão e no enfrentamento do sofrimento psíquico causado em diversas gerações a partir de conflitos e violências, como a Guerrilha do Araguaia, no começo da década de 1970, entre outros. "Precisamos conhecer nossa história e como ela marcou o comportamento do nosso povo. Muitos colegas desconhecem esses fatos e assim não têm como atuar de maneira mais adequada", afirmou.

Jureuda acompanha também mulheres ribeirinhas vítimas de acidentes com barcos, nos quais têm o couro cabeludo arrancado quando os cabelos enroscam no eixo descoberto dos motores das pequenas embarcações. Um trauma enorme causado pelo descaso e negligência na manutenção dessas embarcações e do poder público que não fiscaliza.



Médici

Marcus Vinicius de Oliveira, professor de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, falou sobre a trajetória desses profissionais nos últimos 50 anos. Segundo ele, no início a formação era marcada por um currículo conservador, desenhado sob medida pela ditadura, que separava a profissão da ciência e da política e que formava profissionais com postura liberal. “A psicologia era vista como um produto supérfluo, para madames desocupadas, que escolhiam os terapeutas conforme a linha que eles praticavam. Hoje, quando nossos colegas atuam nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e nos CAPs ( Centro de Atendimento Psicossocial), a clientela não se preocupa com a linha seguida pelo profissional”, afirmou o professor, crítico do atual currículo das faculdades de psicologia, estruturado no ensino das correntes da psicanálise – a psicologia é muito mais que isso.

O psicólogo, que foi sindicalista cassado pela ditadura e anistiado pelo “país que reconheceu que não tinha o direito de bisbilhotá-lo”, conclamou a categoria a se unir para apurar e explicar, entre outras coisas, as razões de o ex-presidente autoritário Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ter sido agraciado com o título de Psicólogo Honoris Causa pelo Conselho Federal de Psicologia, e as maneiras como a ditadura afetou a psicologia brasileira.

<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2012/09/comissao-da-verdade-tera-contribuicoes-dos-psicologos>

## **Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos quer mais debate sobre internação compulsória**

Fonte: Rede Brasil Atual  
23/09/2012

São Paulo – A Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos defende o aprofundamento do debate sobre internação compulsória de usuários de drogas principalmente entre os psicólogos. Segundo Lúcio Costa, dirigente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), uma pesquisa recente apontou que 55% desses profissionais ainda acreditam que esse tipo de internação, feita à revelia a partir de decisão judicial, é viável como primeira etapa para o tratamento do viciado. “Precisamos debater a formação recebida nas universidades e os estágios desses estudantes em comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, que estão na contramão da luta antimanicomial”, disse.

Criada no começo deste ano, a Frente reúne 52 entidades e movimentos sociais brasileiros, entre eles o SinPsi, que defendem mudanças na atual política sobre drogas, a garantia de cidadania, dignidade, direitos humanos e participação popular. Seus integrantes, que militam na luta antimanicomial e combatem a política proibicionista de drogas, querem que a Política de Segurança Pública seja norteada pela garantia de direitos e não por repressão policial, ações higienistas e que criminalizem as populações mais vulneráveis.

A frente é contrária também ao financiamento público para as comunidades terapêuticas. “Uma inspeção do Conselho Federal de Psicologia em todos esses estabelecimentos constatou que em todas elas havia pelo menos um tipo de violação aos direitos humanos e em apenas uma eram empregados métodos de redução de danos”, disse Lúcio durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Outro agravante, segundo ele, é que essas comunidades querem receber os recursos diretamente da União, sem estarem alinhadas às diretrizes dos Centros de Atendimento Psicossociais (CAPS) conforme determinação do Ministério da Saúde.

<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/saude/2012/09/frente-nacional-de-drogas-e-direitos-humanos-quer-mais-debate-sobre-internacao-compulsoria>

## **Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos quer mais debate sobre internação compulsória**

Fonte: [Correio do Brasil](http://correiodobrasil.com.br)  
23/09/2012

Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos quer mais debate sobre internação compulsória

Por: Cida de Oliveira, Rede Brasil Atual

Publicado em 23/09/2012, 10:31

Última atualização às 10:31

Lúcio Costa acredita que é preciso refletir também sobre a formação dos profissionais da área de psicologia (Foto: Roberto Parizotti)

São Paulo – A Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos defende o aprofundamento do debate sobre internação compulsória de usuários de drogas principalmente entre os psicólogos. Segundo Lúcio Costa, dirigente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), uma pesquisa recente apontou que 55% desses profissionais ainda acreditam que esse tipo de internação, feita à revelia a partir de decisão judicial, é viável como primeira etapa para o tratamento do viciado. “Precisamos debater a formação recebida nas universidades e os estágios desses estudantes em comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, que estão na contramão da luta antimanicomial”, disse.

Criada no começo deste ano, a Frente reúne 52 entidades e movimentos sociais brasileiros, entre eles o SinPsi, que defendem mudanças na atual política sobre drogas, a garantia de cidadania, dignidade, direitos humanos e participação popular. Seus integrantes, que militam na luta antimanicomial e combatem a política proibicionista de drogas, querem que a Política de Segurança Pública seja norteadada pela garantia de direitos e não por repressão policial, ações higienistas e que criminalizem as populações mais vulneráveis.

A frente é contrária também ao financiamento público para as comunidades terapêuticas. “Uma inspeção do Conselho Federal de Psicologia em todos esses estabelecimentos constatou que em todas elas havia pelo menos um tipo de violação aos direitos humanos e em apenas uma eram empregados métodos de redução de danos”, disse Lúcio durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Outro agravante, segundo ele, é que essas comunidades querem receber os recursos diretamente da União, sem estarem alinhadas às diretrizes dos Centros de Atendimento Psicossociais (CAPS) conforme determinação do Ministério da Saúde.

<http://correiodobrasil.com.br/frente-nacional-de-drogas-e-direitos-humanos-quer-mais-debate-sobre-internacao-compulsoria/519099/#.UGDVVbJIRg4>